



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN) Ata da 45ª reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2020

1 Em 14 de fevereiro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos  
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da  
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),  
4 em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes.  
5 Representantes do poder público estadual: Thiago Figueiredo Santana,  
6 representante da SEMAD; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de  
7 Educação (SEE). Representante do poder público municipal: Bruna de Souza Otoni,  
8 da Prefeitura Municipal de Araçuaí. Representantes dos usuários de recursos  
9 hídricos: Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de  
10 Energia Limpa (Abragel); Igor Luna, da Companhia de Saneamento Municipal de  
11 Juiz de Fora (Cesama); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e  
12 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). Representantes da sociedade civil:  
13 Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); José de  
14 Castro Procópio, do Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas. **Assuntos em pauta.**  
15 **1) ABERTURA.** O presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou aberta a 45ª  
16 reunião da Câmara Técnica de Planos. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**  
17 Janaína Mendonça Pereira/Comitê do Mucuri: “Eu sou analista ambiental do IEF e  
18 represento a SEMAD no Comitê do Mucuri, onde atualmente estou como presidente.  
19 No dia 18 de março, nós vamos realizar um evento, que tem como nome ‘Juntos  
20 pelo Mucuri’. Esse evento é parte de um programa de promoção da governança  
21 territorial no Vale do Mucuri, onde nós estamos unindo todos os esforços e atores  
22 que atuam naquela região exatamente para promover a segurança hídrica no Vale.  
23 Nesse evento, nós vamos ter, além de várias apresentações do programa, os  
24 resultados que já temos obtido, apesar de não termos recursos, de não termos plano  
25 diretor. Nós vamos apresentar os resultados e os produtos desse programa, além  
26 de promover o prêmio ‘Alice Godinho pelas Águas’, que é uma forma de  
27 homenagearmos a Dona Alice Godinho, uma ambientalista muito importante do  
28 nosso Estado, do nosso Brasil, que tem lutado pelas águas há mais de cinco  
29 décadas. Então nós vamos homenageá-la ao mesmo tempo que reconhecer e  
30 potencializar as ações que os usuários, as instituições do poder público municipal e  
31 estadual e da sociedade civil têm desenvolvido na nossa região. Então eu gostaria  
32 de convidar vocês. Vai ser em Teófilo Otoni, na Universidade Federal dos Vales do  
33 Jequitinhonha e Mucuri, no período das 8h ao meio-dia. Quem quiser mais  
34 informações pode me procurar, que vai ser um prazer tê-los no nosso evento.” **3)**  
35 **EXAME DA ATA DA 44ª REUNIÃO DA CTPLAN.** Baixada em diligência a ata da  
36 44ª reunião da Câmara Técnica de Planos, realizada em 17 de dezembro de 2019,  
37 para inclusão da íntegra da manifestação do conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi

38 registrada durante as discussões do item 5 da pauta. O conselheiro solicitou ainda  
39 a seguinte correção na lista de presença: onde está escrito “Instituto de Ciências  
40 Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)”, leia-se “Instituto de  
41 Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)”. **4) NOVA PROPOSTA**  
42 **DE AGENDA DE REUNIÕES DA CTPLAN PARA O ANO DE 2020.** Aprovada por  
43 maioria a nova agenda de reuniões da CTPLAN para o ano de 2020, nos termos  
44 apresentados pela Secretaria Executiva. Alteração da reunião de março para o dia  
45 10; e a de dezembro alterada para 4 de dezembro. Foram registrados seis votos  
46 favoráveis e votos contrários da Prefeitura de Araçuaí e da Universidade Federal de  
47 Uberlândia. **5) APRESENTAÇÃO DA COMPILAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES**  
48 **RECEBIDAS SOBRE A MODELAGEM INSTITUCIONAL ÓTIMA PARA O**  
49 **SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE**  
50 **MINAS GERAIS.** Apresentação: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema  
51 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS/IGAM). Thiago  
52 Figueiredo Santana, do IGAM, fez contextualização da discussão do tema e  
53 apresentação da compilação das contribuições recebidas sobre a Modelagem  
54 Institucional Ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no  
55 Estado de Minas Gerais. Em seguida, passou-se ao item 6 da pauta, com  
56 apreciação, discussão e votação da minuta de Deliberação Normativa. **6)**  
57 **PROPOSTA DE NORMA PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de**  
58 **Deliberação Normativa CERH sobre a Modelagem Institucional Ótima para o**  
59 **Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.**  
60 **Processo SEI nº 2240.01.0000975/2019-82.** Apresentação: Diretoria de Gestão  
61 e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
62 (DGAS/IGAM). Minuta de deliberação normativa aprovada por unanimidade, com  
63 alterações. Registrada abstenção do representante da Universidade Federal de  
64 Uberlândia. Transcrição integral das discussões e deliberações. Presidente  
65 Guilherme da Silva Oliveira: “Nós tivemos as propostas apresentadas, do texto, a  
66 alteração sugerida pelo Instituto Guaicuy. Eu sugiro que façamos primeiro a votação  
67 do texto e em seguida das propostas. Os conselheiros estão de acordo com essa  
68 dinâmica? Quem estiver de acordo permaneça como está. E agora só a forma. E  
69 agora vou abrir a palavra aos conselheiros para esclarecimento de dúvidas. Precisa  
70 ler o texto? Nós vamos fazer a leitura. Nos consideramos, alguém tem algum  
71 destaque a fazer, querem que faça a leitura os conselheiros? O Sylvio tem uma  
72 dúvida no quarto considerando. Considerando os incisos I e III do artigo 10º da Lei  
73 Estadual 13.199/1999, está disposto...’ Não é isso? É o quinto então. Então, o Sylvio  
74 destaca o considerando 5. Mais alguém tem algum destaque a fazer, mas algum  
75 conselheiro?” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Só uma contribuição do  
76 Instituto Guaicuy, eu acho que é muito pertinente, assim com o IGAM concordou.  
77 Ficou no final lá ‘planos diretores’, e eu acho que fica um pouco genérico. ‘De bacias  
78 hidrográficas’. Eu acho que vale a pena colocar essa complementação.” Presidente  
79 Guilherme da Silva Oliveira: “Então artigo 2º. Sylvio, você tem no artigo 2º também?”  
80 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “No considerando anterior, por gentileza.

81 'Considerando o que estabelece a política... A adoção da bacia hidrográfica é vista  
82 como sistema integrado que engloba os meios físico, biótico e antrópico, como  
83 unidade fisicoterritorial...' Ela é uma unidade territorial de planejamento ou uma  
84 unidade fisiográfica de planejamento." Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
85 "Então destaques no considerando cinco e no artigo 2º da proposta. Então  
86 considerando número cinco: 'Considerando o Plano Estadual de Recursos Hídricos  
87 do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
88 por meio da Deliberação CERH/MG nº 260, de 26 de novembro de 2010,  
89 institucionalizado pelo Decreto nº 45.565, de 22 de março de 2011, que estabelece  
90 diretrizes para a aplicação de determinados instrumentos de gestão de recursos  
91 hídricos, notadamente, para enquadramento dos corpos hídricos e adoção de  
92 critérios regionalizados de outorgas para uso da água, agregadas nas denominadas  
93 Unidades Estratégicas de Gestão - UEG'" Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:  
94 "'Estabelece diretrizes para a aplicação de determinados instrumentos de gestão',  
95 na verdade, 'estabelece diretrizes para aplicação dos seguintes instrumentos de  
96 gestão'. Não é 'determinados', é específico quanto aos instrumentos de gestão. A  
97 redação me dá a impressão de que estou pegando apenas uma parte dos  
98 instrumentos de gestão." Valéria Ferreira Borges/IGAM: "Pelo que estou  
99 entendendo, o Sylvio está querendo dizer que a redação do jeito que está dá a  
100 impressão de que o Plano Estadual trata só daqueles determinados instrumentos  
101 de gestão. E na verdade o Plano Estadual traz todos os todos os instrumentos de  
102 gestão, traz diretrizes para todos os instrumentos de gestão. Só que aí vocês estão  
103 querendo destacar enquadramento e outorga. Então o que ele está propondo é que  
104 'estabelece diretrizes para a aplicação dos instrumentos', de todos', mas que ali,  
105 notadamente, para essa deliberação, vai focar enquadramento e outorga. Então  
106 uma redação que deixe isso mais claro. É isso?" Thiago Figueiredo  
107 Santana/SEMAD: "Eu acho que ficou melhor aquela sugestão: 'estabelece diretrizes  
108 para aplicação dos instrumentos de gestão, notadamente'... Aí dá o destaque."  
109 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: "A redação como ficou ali, trocando 'de  
110 determinados instrumentos' por 'dos instrumentos de gestão' atende, Sylvio? Sim?  
111 Então vamos colocar em votação a alteração do novo texto. Vou ler aqui de novo.  
112 O considerando número cinco: 'Considerando o Plano Estadual de Recursos  
113 Hídricos do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos  
114 Hídricos por meio da Deliberação CERH/MG nº 260, de 26 de novembro de 2010,  
115 institucionalizado pelo Decreto nº 45.565, de 22 de março de 2011, que estabelece  
116 diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos,  
117 notadamente, para enquadramento dos corpos hídricos e adoção de critérios  
118 regionalizados de outorgas para uso de água, agregadas nas denominadas  
119 Unidades Estratégicas de Gestão - UEG'. Então em votação essa alteração. Quem  
120 concorda com a alteração feita permanece como está. Contrários, abstenções?  
121 Aprovado. Então agora nós vamos para o segundo destaque, que é o artigo 2º."  
122 Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: "Na verdade, o destaque seria na  
123 contribuição do Instituto Guaicuy. Só especificar de que Planos Diretores nós

124 estamos falando. Planos Diretores de Recursos Hídricos, de Bacias Hidrográficas,  
125 Planos Diretores municipais? Aí eu acho que até a Valéria pode dar uma  
126 contribuição.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Para deixar igual ao que está na lei,  
127 já que é para esclarecer de quais Planos Diretores estão se tratando, eu acho melhor  
128 usar a terminologia que está na legislação, na 13.199, que é ‘Planos Diretores de  
129 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas’.” Conselheiro José de Castro Procópio:  
130 “Concordo.” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Só mais uma contribuição. No  
131 início, ‘as Unidades Estratégicas de Gestão serão geridas a partir de diretrizes’.”  
132 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “No artigo 2º, ‘as Unidades Estratégicas de  
133 Gestão serão geridas’. A pergunta é: geridas por quem?” Thiago Figueiredo  
134 Santana/SEMAD: “Como colocar, anteriormente, na reunião passada, as Unidades  
135 Estratégicas de Gestão não têm um órgão gestor, são áreas onde o Estado  
136 trabalhará com critérios homogêneos de aplicação dos instrumentos. A autonomia  
137 e legitimidade dos Comitês na gestão é dentro do território, e a aplicação desses  
138 instrumentos não será alterada por meio de Deliberação Normativa.” Conselheiro  
139 Sylvio Luiz Andreozzi: “O texto não esclarece ainda.” Thiago Figueiredo  
140 Santana/SEMAD: “Eu tenho uma sugestão: ‘Nas Unidades Estratégicas de Gestão  
141 serão aplicadas as diretrizes comuns...’ Porque aí tira o termo ‘gestão’, tira a  
142 legitimidade de quem é a competência legal da gestão dentro do território da bacia.  
143 E pela aglutinação que a norma propõe e as diretrizes gerais estabelecidas pelo  
144 Conselho os Comitês de Bacia implementam os instrumentos.” Conselheiro Sylvio  
145 Luiz Andreozzi: “Ainda não atende, porque na sequência está escrito assim: ‘critérios  
146 regionalizados de outorga para uso da água e diretrizes de enquadramento em  
147 parceria com o Comitê de Bacia’. Então ‘em parceria com os Comitês serão  
148 aplicadas diretrizes comuns’. Elaboradas por quem?” Thiago Figueiredo  
149 Santana/SEMAD: “O legítimo competente, que é o Conselho Estadual de Recursos  
150 Hídricos, que tem a competência de estabelecer diretrizes e critérios gerais,  
151 estabelecido na 13.199, no Decreto... Desculpa, Valéria, qual o Decreto que  
152 regulamenta a política mesmo? O 41.571.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:  
153 “Então pelo Conselho Estadual. Então eu gostaria que se colocasse lá que as  
154 diretrizes comuns serão propostas ou estabelecidas pelo Conselho Estadual de  
155 Recursos Hídricos.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “No que couber, porque  
156 há algumas situações, por exemplo, os Planos de Bacia têm autonomia de serem  
157 aprovados e definidos pelo próprio Comitê de Bacia sem necessidade de aprovação  
158 pelo Conselho Estadual. Correto, Valéria? Então só põe essa frase ‘no que couber’,  
159 quando da necessidade, porque ela trata do planejamento, e o planejamento nasce  
160 e cresce dentro do território sem necessidade de aprovação pelo Conselho Estadual  
161 de Recursos Hídricos. E a norma traz algumas ações, pelo que coloca do  
162 planejamento, da possibilidade de planejamentos unificados dentro da UEG. Talvez  
163 um parágrafo único, talvez fica melhor. Aí tirar essa parte ‘do Conselho Estadual, no  
164 que couber’ e trazer no parágrafo único.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Eu só  
165 colocaria assim, questão mais de técnica mesmo, legislativa: ‘as diretrizes comuns  
166 referidas no caput serão estabelecidas’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:

167 “Aos conselheiros atende? Mais alguma sugestão?” Conselheiro Sylvio Luiz  
168 Andreozzi: “Eu recebi uma demanda aqui para trocar as palavras ‘em parceria’ por  
169 ‘com a participação’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Mais alguma  
170 sugestão dos conselheiros? Então eu vou fazer a leitura do novo texto e colocar em  
171 votação.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “É sabido que eu, particularmente, não  
172 gosto do encaminhamento que está sendo dado para essa Deliberação Normativa.  
173 Eu já votei contra, me coloquei contra, mas, por dever de ofício, eu tenho que  
174 levantar um problema quanto ao que está sendo redigido. Porque se isso for  
175 aprovado, independente da minha vontade, passa a ter feito efeito, e efeito direto,  
176 nos Comitês de Bacia. Quando colocamos que serão aplicadas diretrizes comuns  
177 para planejamento e que essas diretrizes serão estabelecidas em comum acordo  
178 entre o Conselho Estadual e respeitando as competências do Comitê de Bacia, a  
179 última frase não pode estar presente: ‘em consonância com os Planos Diretores’.  
180 Porque essas diretrizes podem alterar os Planos Diretores, podem ter feito direto  
181 naquilo que está sendo planejado. Se eu estou pensando lá que eu posso modificar,  
182 por exemplo, os critérios de outorga, e isso estava previsto no Plano Diretor, se  
183 modifico, eu vou ter que modificar o Plano Diretor. Então o Plano Diretor está pronto.  
184 Eu fico com receio sobre como será feita a aplicação.” Thiago Figueiredo  
185 Santana/SEMAD: “O Sylvio tem uma observação interessante nesse aspecto  
186 porque, como o Plano Diretor, de princípio, traz diagnósticos... ‘Observada uma  
187 vazão de referência’. Se alteramos a vazão de referência, por exemplo, altera-se o  
188 contexto do diagnóstico, as pressões de uso entre outros fatores. Eu compreendo a  
189 observação dele nesse aspecto, senão a gente fica muito restrito ao Plano ser  
190 superior a restringir a alteração desses critérios pelo Conselho. Eu sugeriria  
191 ‘observados os Planos Diretores de Recursos Hídricos’. Uma questão de  
192 observação, não restringe, mas, em nível de observação e vista qualquer  
193 incongruência, você tem que notificar, ao nível do órgão gestor, o Comitê da Bacia  
194 sobre aquela alteração. Não, Sylvio?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu acho  
195 que ‘respeitadas as competências dos Comitês de Bacia’, que é o que está colocado  
196 ali, os Comitês têm a competência para observar o que está no Plano e alterar  
197 segundo aquilo que lhes competem dentro daquilo que está no Plano. É isso eu  
198 acho que já está no parágrafo único. ‘Respeitadas as competências do Comitê’.  
199 Agora, o Plano está preestabelecido, e eu estou falando em alterações.” Thiago  
200 Figueiredo Santana/SEMAD: “Entendi, Sylvio. É somente a retirada da proposta do  
201 Procópio, basicamente. Mantém a questão da parceria ‘com a participação dos  
202 Comitês de Bacia’. E o parágrafo único suprime a questão do Plano Diretor, porque  
203 já é dos entes competentes. Seria nesse aspecto? Eu queria pedir para o Procópio  
204 se manifestar.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu só fico em dúvida com  
205 uma questão. Por exemplo, o Plano é uma base referencial até mesmo para essa  
206 negociação. Ao ser suprimido o total, da citação ao Plano... Porque eu vou fazer  
207 uma base: tem quatro bacias, quatro Comitês naquela área, e esses quatro Comitês  
208 tem seus Planos com suas prerrogativas. Vai caber realmente ao Conselho e aos  
209 Comitês chegar a comum acordo, mas se eu tiro o Plano eu tiro também o estudo

210 básico, que está ali para servir de embasamento para essa nova negociação. Então  
211 eu não sei é como. Você tinha sugerido uma proposta que eu acho que caberia, sim.  
212 Eu prefiro pecar no excesso, mas citar o Plano de alguma forma.” Thiago Figueiredo  
213 Santana/SEMAD: “Eu compreendi o contexto. O Conselho está impedido de alterar  
214 um critério, visto que o Plano estabelece uma situação diferente, sendo que o Plano  
215 tem que observar os critérios do Conselho. Estamos invertendo a ordem da  
216 hierarquia nesse processo. Primeiro contexto, se os critérios serão discutidos com  
217 a participação dos Comitês, os Comitês trarão todas as ações e atividades já  
218 prescritas no Plano da Bacia. As diretrizes comuns e competências do Comitê  
219 também serão respeitadas. Na minha visão, o parágrafo único não prejudica a  
220 supressão da sua preposição. É só uma opinião.” Conselheiro José de Castro  
221 Procópio: “Eu não estou querendo segurar posição nenhuma, a minha contribuição  
222 é: vamos melhorar? Esse é o objetivo. Se chegarmos ao entendimento de que não  
223 há necessidade, eu não vou brigar por isso.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD:  
224 “E além de todo o Guilherme até falar uma frase aqui: o Plano não é estático, é outra  
225 situação, o Plano de Bacia, como diria o grande Heitor, amigo nosso do IGAM, não  
226 está ‘talhado em pedra’, ele é mutável e adaptável ao nível das modificações da  
227 bacia, dos critérios, das ações.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu só digo  
228 uma coisa, enquanto ele não está talhado em pedra e enquanto está engavetado,  
229 ele está ‘talhado em poeira’. Por isso que prefiro citá-lo, lembrar dele em uma lei,  
230 porque pelo menos vão olhar, consultar lá na hora. Porque se não ele fica esquecido,  
231 vai ser ‘talhado em poeira’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Colocar ali os  
232 observandos atende, tem mais alguma sugestão?” Valéria Ferreira Borges/IGAM:  
233 “Só porque, se fizer questão, às vezes, de deixar os Planos, eu acho que o parágrafo  
234 único também, como trata das competências dos Comitês, e o Plano sendo uma  
235 competência exclusiva dos Comitês – os Planos Diretores –, eu acho que atende.  
236 Mas se fizerem questão de deixar, de repente, uma redação seria ‘com a  
237 participação dos Comitês de Bacias e considerando, sempre que possível, os  
238 estudos constantes do Plano Diretor’. Porque aí as diretrizes vão considerar, se  
239 possível. Porque, pelo que estou entendendo ali, pode ter propostas de  
240 uniformização, que às vezes vão ter que alterar realmente alguns Planos, porque aí  
241 as diretrizes vão ser para o Estado como um todo. Então pode ser que as diretrizes  
242 que vão ser propostas alguns Planos atendem, e outros, não. Os que não atenderem  
243 vão ter que ser revisados. Então talvez ‘considerando, sempre que possível, os  
244 estudos constantes do Plano’, já que vai ser discutido com o Comitê.” Thiago  
245 Figueiredo Santana/SEMAD: “A Thaís fez uma proposta bem interessante de talvez  
246 criarmos um parágrafo 2º, que traga essa questão do Plano da Bacia.” Presidente  
247 Guilherme da Silva Oliveira: “A minha sugestão é – no meu entendimento, pelo  
248 menos – o parágrafo 2º, quando fala ‘respeitando as competências dos Comitês de  
249 Bacia Hidrográfica’, o plano é competência do Comitê. Se passar no Comitê, e o  
250 Comitê não olhar o Plano, para que tem o Comitê. O Plano é um norte para o Comitê  
251 de Bacia, ele não é imutável. Para que fazemos aquele estudo? É um estudo, ele  
252 deu um norte para o Comitê seguir esse rumo, mas o Comitê é soberano dentro da

253 plenária dele e pode ir ajustando aquele Plano de acordo com várias coisas que  
254 acontecem no Comitê, recursos, acidentes, igual teve; seca, chuva. As prioridades  
255 vão mudando ao longo do tempo. O Plano é feito para dez anos, mas eu entendo  
256 que quando se fala 'respeitando as competências dos Comitês de Bacia  
257 Hidrográfica', na minha opinião, já sinaliza. Eu acho que estamos procurando pelo  
258 em ovo, estamos sendo redundantes na questão. Mais alguma manifestação?  
259 Continua esse texto? Então eu vou ler as duas formas do texto, com a citação do  
260 Plano Diretor e depois sem a citação, e a gente decide por esses dois. Mais alguma  
261 sugestão antes de partir para votação? Então eu vou fazer a leitura das duas formas.  
262 Proposta 1: 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) serão aplicadas as  
263 diretrizes comuns para o planejamento e a gestão na região hidrográfica e de um  
264 conjunto uniforme de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados  
265 de outorga para o uso da água e diretrizes de enquadramento, com a participação  
266 dos Comitês de Bacias e considerando, no que couber, os Planos Diretores de  
267 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. Parágrafo único - As diretrizes comuns  
268 referidas no caput serão estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos  
269 Hídricos (CERH/MG), respeitadas as competências dos Comitês de Bacia  
270 Hidrográfica.' Essa é a proposta 1. A proposta 2 vai retirar a frase final. 'Artigo 2º -  
271 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) serão aplicadas as diretrizes comuns  
272 para o planejamento e a gestão na região hidrográfica e de um conjunto uniforme  
273 de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga para o  
274 uso da água e diretrizes de enquadramento, com a participação dos Comitês de  
275 Bacias. Parágrafo único - As diretrizes comuns referidas no caput serão  
276 estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/MG),  
277 respeitadas as competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica.' Então tem essas  
278 duas propostas, e vamos para votação." Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: "Está  
279 ali: 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) serão aplicadas as diretrizes  
280 comuns para o planejamento e a gestão na região hidrográfica e de um conjunto  
281 uniforme de instrumentos de gestão'. Esse termo uniforme está meio desnecessário  
282 na frase. Na verdade, seria: 'serão aplicadas as diretrizes comuns para o  
283 planejamento e gestão na região hidrográfica e de um conjunto de instrumentos de  
284 gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga para o uso da água'. Na  
285 verdade, 'critérios de outorga de direitos de uso de recursos hídricos'; 'e diretrizes  
286 de enquadramento, com a participação dos Comitês de Bacia'. Eu acho que a frase  
287 ficou melhor assim na leitura. Outorga não de uso da água, de direito de uso de  
288 recursos hídricos. É o nome legal do instrumento. '... nas regiões'; 'serão aplicados'.  
289 Aí eu acho que ficou melhor essa frase assim." Presidente Guilherme da Silva  
290 Oliveira: "Então eu vou dar um minuto para todo mundo ler, para ver se fazemos a  
291 proposta definitiva, sem voltar atrás. Leiam com bastante atenção. Todo mundo leu,  
292 tem mais alguma alteração? Procópio, mantém aquela proposta do Plano Diretor?"  
293 Conselheiro José de Castro Procópio: "O grande problema é que o Plano Diretor é  
294 na realidade uma ferramenta de planejamento. A aplicação de planejamento é muito  
295 nova no país. A esta Câmara que já está exercitando isso é comum. Agora a

296 pergunta é: é comum também nos Comitês que estão por aí, já é entendido como  
297 uma ferramenta real? Eu estava defendendo algo para poder se tornar visível. O  
298 texto está perfeito, mas a lembrança de botar o aviso porque se não vira poeira.  
299 ‘Deveria ser’. É óbvio, todo mundo sabe. Vai fazer pesquisa para descobrir que  
300 metade não sabe. Uma das questões da gestão de recursos hídricos, até mesmo  
301 porque, para a população, água não é recurso hídrico, é água. Então há um  
302 distanciamento entre o modelo técnico legal que fazemos e a população como ela  
303 vive e vivencia a coisa. Entre a gente acaba virando ‘um gueto’, nós somos ‘um  
304 gueto’ da gestão de recursos hídricos, porque às vezes não chega na população ‘o  
305 que eles estão fazendo vai afetar minha água, na minha torneira’. Então é por isso  
306 que eu defendo, mas não vejo problema.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
307 “Vamos pôr em votação, sem problemas. Então agora sem mais alterações – não  
308 vou abrir para mais alteração – a leitura dos dois textos. Então a primeira proposta:  
309 ‘Artigo 2º - Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs) serão aplicadas as  
310 diretrizes comuns para o planejamento e gestão na região hidrográfica e de um  
311 conjunto de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga  
312 de direito de uso de recursos hídricos e diretrizes de enquadramento, com a  
313 participação dos Comitês de Bacias. Parágrafo único - As diretrizes comuns  
314 referidas no caput serão estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos  
315 Hídricos (CERH/MG), respeitadas as competências dos Comitês de Bacias  
316 Hidrográficas.’ Essa é a proposta 1. A proposta 2, com a sugestão do Procópio:  
317 ‘Artigo 2º - ‘Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs) serão aplicadas as  
318 diretrizes comuns para o planejamento e gestão na região hidrográfica e de um  
319 conjunto de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga  
320 de direito de uso de recursos hídricos e diretrizes de enquadramento, com a  
321 participação dos Comitês de Bacias e considerando, no que couber, os Planos  
322 Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. Parágrafo único - As  
323 diretrizes comuns referidas no caput serão estabelecidas pelo Conselho Estadual  
324 de Recursos Hídricos (CERH/MG), respeitadas as competências dos Comitês de  
325 Bacias Hidrográficas.’ Então a proposta do Procópio só acrescenta ‘considerando,  
326 no que couber, os Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas’.  
327 Então eu vou colocar em votação primeiro a proposta sem o final. Quem é favor da  
328 primeira proposta? A sugestão do Sylvio é o seguinte: o texto está todo igual, então  
329 a votação vai ser inclui a proposta do Procópio, sim ou não. Então o  
330 encaminhamento é o seguinte. Quem for a favor de incluir a proposta do Procópio  
331 se manifeste. Dois votos a favor da proposta. Então seis contrários. Então  
332 permanece a proposta sem o considerando do Plano. Eu vou fazer a leitura da  
333 proposta aprovada. Artigo 2º. Vou ler de novo para ficar na ata. Está todo mundo  
334 reclamando que não precisa ler. Então tá, vou seguir o conselho. Então ficou a  
335 proposta primeira, sem citar o Plano Diretor de Bacia. Então vamos para aprovação  
336 do texto com as alterações feitas. Quem está a favor do texto da minuta com as  
337 alterações permaneça como está. Aprovado. Unanimidade. Não, abstenção do  
338 Sylvio. Então o texto foi aprovado com abstenção do Sylvio, Universidade Federal

339 de Uberlândia. Então agora vamos para apresentação... Tem escritos, desculpa.  
340 Manifestação do Altino. Tinha que ser antes. Altino, sua manifestação ficou  
341 prejudicada, já teve a votação, não tem como voltar atrás. Foi uma falha minha aqui.  
342 Se quiser continuar com a manifestação.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de  
343 Comitês de Bacia: “Tranquilo. Eu agradeço, Guilherme. Mais uma vez, bom dia a  
344 todos. E na verdade é mais para fazer uma consideração em nome do Fórum  
345 Mineiro de Comitês de Bacia. Nós tivemos aqui momentos que foram tanto quanto  
346 conturbados, até chegar a esse produto final. Eu quero dizer que aqui hoje a gente  
347 já começa e até mesmo a partir de ontem, com a presença da Marília e do Thiago  
348 na discussão lá no Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, que a gente chegou no  
349 momento onde...” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Altino, só te interromper  
350 um instante. É o seguinte: o texto foi aprovado, mas se você quiser se manifestar a  
351 respeito do anexo, que são as propostas das unidades, a distribuição das unidades  
352 também, está em aberto ainda para manifestação.” Altino Rodrigues Neto/Fórum  
353 Mineiro de Comitês de Bacia: “Ok, obrigado. Mas, de qualquer maneira,  
354 continuando, eu vejo que precisávamos de algum aprimoramento e precisávamos  
355 de ir adiante. Eu acho que por vezes nós nos apegamos a alguns preciosismos que  
356 eram desnecessários. E a nossa proposta é de caminhar, de evoluir, de uma  
357 maneira que possamos construir juntos. Os Comitês de Minas Gerais entenderam  
358 isso, o IGAM entendeu isso, e agora no momento de maior serenidade já estamos  
359 compondo para que esse processo realmente tome pé e vá adiante. Eu quero aqui  
360 parabenizar esta Câmara Técnica, porque viemos aqui hoje para respaldar todo  
361 esse processo, mostrando o nosso apoio, e aqui hoje esta Câmara ainda conseguiu  
362 aprimorar ainda mais essa redação e tornar isso um documento ainda melhor e  
363 garantindo direitos dos Comitês, que a gente temia que de alguma maneira  
364 pudessem ser comprometidos. Fico aqui ainda mais surpreso de ver que um  
365 parágrafo único foi proposto pelo Thiago exatamente numa visão de que estamos  
366 aqui é para construir juntos. Então o Fórum Mineiro está aqui para apoiar essa  
367 proposta, e a gente continuar nessa caminhada. Com relação às UEGs, temos ainda  
368 algumas considerações a fazer. Porque possivelmente vai ter algumas  
369 discrepâncias dentro da visão preliminar que foi considerada, que está dentro do  
370 Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ontem tivemos algumas discussões no que  
371 considera o SF4, que é o Comitê ao qual pertença, que é o Entorno de Três Marias,  
372 como margem esquerda do São Francisco. E a margem direita? Sabe-se que está  
373 incluída também nesse processo, é questão só de nomenclatura. Mas ao mesmo  
374 tempo o Comitê do Entorno de Três Marias, como também o Comitê SF9, vê um  
375 território compartilhado. Por exemplo, o SF9 tem um território que está voltado para  
376 o agronegócio, que é o Noroeste de Minas, como também tem território dentro do  
377 Semiárido. Então há que se pensar em possíveis considerações, conforme a  
378 peculiaridade de cada um, e não tratar de maneira nivelada, como se todo aquele  
379 território que é considerado pudesse ser. O SF4 é a mesma coisa, ele tem um  
380 território que recebe o Paraopeba – inclusive é um problema que a gente vive hoje  
381 em função das chuvas –, mas também tem um território que está voltado para o

382 Noroeste de Minas, que vai na Chapada, o Noroeste, que é um grande produtor de  
383 grãos. Então talvez algumas considerações. Eu especifiquei esses dois, mas  
384 algumas considerações de reavaliações deveriam ser feitas em função das  
385 peculiaridades que cada um desses Comitês, dessas Unidades têm para compor as  
386 UEGs e não tratar isso de uma maneira nivelada. Talvez é uma discussão que  
387 tenhamos de evoluir. O Plano Diretor está posto, é visto que ele já tem dez anos de  
388 idade e talvez já demande uma revisão, para que possamos pinçar algumas coisas  
389 que têm relevância. E isso, obviamente, de acordo com essa redação, considerando  
390 os Comitês, com a participação dos Comitês. Mas de qualquer maneira nós vemos  
391 isso como um ponto muito positivo e aqui, mais uma vez, parabenizamos esta  
392 Câmara. E vamos partir para essa construção o Conselho Estadual, o IGAM e os  
393 Comitês de Bacia para realmente termos água de qualidade e quantidade. Na  
394 verdade, o anexo que vai ser considerado hoje é a proposta do IGAM. Correto?”  
395 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Não, nós vamos votar os três anexos. Vai  
396 ser a discussão agora.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia:  
397 “A votação então pelos anexos?” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Sim.”  
398 Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Perfeito.” Presidente  
399 Guilherme da Silva Oliveira: “Se você tiver alguma manifestação sobre o anexo, já  
400 faz de uma vez.” Conselheiro José de Castro Procópio: “É essa que eu estou  
401 cobrando dele, porque ele tinha me confidenciado que o Fórum Mineiro tinha optado  
402 pela proposta do IGAM.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia:  
403 “O nosso apoio, em princípio, é pela proposta do IGAM. Que fique claro isso. Agora,  
404 gostaríamos que tivesse sempre essa possibilidade de analisar essas variantes que  
405 eu mencionei previamente. Porque existem peculiaridades, então eu acho que não  
406 podemos tratar de uma maneira única territórios que são tão diversos.” Presidente  
407 Guilherme da Silva Oliveira: “Ok.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É só tirar uma  
408 dúvida. A proposta é a que está anexada, é a do anexo da deliberação. Porque tem  
409 uma outra proposta do IGAM, de dez regiões.” Presidente Guilherme da Silva  
410 Oliveira: “Nós não apresentamos a proposta, nós votamos o texto. E agora nós  
411 vamos apresentar a proposta.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Porque tem uma  
412 de 14 e outra de dez.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Altino, eu vou manter  
413 a sua inscrição aqui – como você é o único que está inscrito – para se manifestar  
414 após a apresentação das propostas, das três propostas, depois que os conselheiros  
415 discutirem aqui. Vamos partir para a apresentação que a gente já ganha tempo.  
416 Thiago, só coloca os anexos para apresentação. O Thiago sugeriu o seguinte. Quem  
417 fez as propostas foram o IGAM, a Faemg e a Fiemg. Então nós vamos dar um  
418 espaço de tempo para cada proponente apresentar a sua proposta, só para ficar  
419 mais claro aqui. Então, Thiago, por favor, apresentando a proposta do IGAM.”  
420 Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Essa proposta, qual é o contexto da nossa  
421 proposta? A nossa proposta traz algumas unificações que têm alguns vieses. E aí  
422 eu vou fazer algumas pontuações e queria que os conselheiros pudessem entender  
423 que a nossa proposta não tem uma linearidade sobre o critério. Algumas regiões  
424 têm critérios de aglutinação. Qual é a questão que não é linear? Porque ela traz

425 algumas justificativas que são critérios sobre a sustentabilidade financeira da UEG,  
426 sob a ótica de ter uma entidade equiparada. E aí eu queria deixar uma situação  
427 muito clara para vocês. Por exemplo, uma ótica que foi trabalhada é sobre a  
428 viabilidade da instituição e equiparação de uma entidade equiparada. No Estado de  
429 Minas Gerais, a nossa Política Estadual estabelece que a cobrança tem um fim  
430 específico da valoração da água como um bem limitado, mas, paralelamente, para  
431 instituir a cobrança, tem que ter uma entidade equiparada, que é o braço executivo  
432 do Comitê, que gere e dá o apoio administrativo operacional. E é um critério  
433 obrigatório para o Conselho fazer equiparação haver uma sustentabilidade  
434 financeira daquela entidade. Ou seja, é um critério indireto e obrigatório, não só pela  
435 valoração da água ao nível dos preços públicos e metodologia. Esse critério foi  
436 trabalhado utilizando a ótica da aglutinação dessas regiões no contexto de ter uma  
437 entidade única. Essas duas regiões. Outro critério que foi trabalhado, sob a ótica de  
438 conflitos e pressão de uso de grandes áreas de cultivo. A proposta do Plano  
439 Estadual – e aí aonde nós do IGAM hoje visualizamos que há algo a ser melhorado  
440 – mantém o Paracatu como uma unidade exclusiva, todo o CBH Paracatu como uma  
441 unidade única. E achamos que isso não é factível, perante todos os contextos. Está  
442 o Zé Américo aqui, do Urucuia. A Bacia do Paracatu tem uma homogeneidade muito  
443 grande sobre tipologias de uso, conflitos de uso da água, dimensões de  
444 empreendimentos agrícolas, que são totalmente distintos do Sul de Minas, que é a  
445 minha região, por exemplo. E que tem uma proximidade também – como o Altino  
446 mencionou – na porção noroeste do SF4 de grandes empreendimentos agrícolas. A  
447 proposta traz que para essas áreas – o SF7 e o 8 – seria o critério homogêneo,  
448 pensando, principalmente, na outorga de direito de uso e na instalação de marcos  
449 regulatórios de uso. A questão do Paranaíba hoje é trazida aqui. Eu vou só  
450 ressuscitar uma discussão que houve no workshop que fizemos, que vai sair o  
451 relatório, como eu mencionei ontem na reunião do Fórum. Muitos membros do  
452 Paranaíba – o Bruno também está aqui, que é presidente do Araguari –, no  
453 Paranaíba há uma discussão grande. Aqui, gente, eu não estou discutindo  
454 unificação de Comitê. Só para ressaltar de novo isso. É só para discutir  
455 homogeneidade. No Paranaíba, a discussão de critérios de cobrança hoje, por  
456 exemplo, já é trabalhada no PN1 e PN3, e tem a discussão de talvez puxar isso para  
457 o PN2, por exemplo. E aí entramos na questão da homogeneidade para um critério,  
458 um instrumento de gestão. Além de terem conflitos pelo uso da água, setor  
459 hidrelétrico presente, a tipologia dentro dessa área do Paranaíba é muito próxima.  
460 As outras regiões seguem um pouco a proximidade do Plano Estadual. Na região  
461 Central do Estado, na Bacia do São Francisco, nós fizemos uma proposta um pouco  
462 mais ousada, de trazer as nascentes do São Francisco, de Minas, numa unidade só.  
463 Essa é a proposta do IGAM que colocamos.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo:  
464 “Quando nós elaboramos essa proposta, nós nos baseamos em alguns critérios  
465 para estabelecer essas unidades de planejamento. Nós planejamos nove unidades  
466 de planejamento em relação aos territórios das Suprams, para ficar próximo das  
467 Suprams, que são as Suprams que fazem a gestão ambiental de cada unidade de

468 planejamento. Então, como estão mais próximas, estão mais divididas com a sua  
469 base de atuação, procuramos aproximar essa base de atuação da Supram junto  
470 com a unidade de planejamento. Teve outros pontos que nós destacamos, que  
471 levamos em consideração. Um outro ponto que nós destacamos também foi a  
472 definição das mesorregiões do IBGE. Então, como o IBGE faz algumas divisões no  
473 Estado, nós aproveitamos essas divisões que o IBGE fez para juntar as informações  
474 econômicas e também informações sociais que o IBGE faz captação de  
475 informações, de dados, para também usarmos essas informações. Então você vai  
476 juntando isso tudo. Outro ponto que nós levantamos também foi a hidrografia, como  
477 os rios afluentes vertem para as calhas. Então fizemos esse estudo também,  
478 levamos isso em consideração, a fluência dos rios para a calha. Um outro ponto que  
479 também levantamos foi o climatológico. Se observarmos, o clima da região do  
480 Triângulo é bem semelhante, o clima da região Norte tem algumas divisões com a  
481 parte do Mucuri, com a parte do Jequitinhonha. Então nós levamos isso também em  
482 consideração. Inclusive, até o índice pluviométrico. Porque tem determinadas  
483 regiões que são mais secas, em que chove menos e outras em que chove mais. Um  
484 exemplo, o Sul de Minas. Nós levamos também em consideração a distribuição da  
485 população, onde tem mais concentração de população. E levamos também em  
486 consideração a concentração de áreas potenciais para a expansão. Aí é o que o  
487 Thiago também comentou com relação à expansão da mineração, a expansão da  
488 cana-de-açúcar, expansão de milho, soja, pecuária e assim por diante. E  
489 consideramos também – é um dos pontos que o Thiago levantou – a questão da  
490 potencialidade de cobrança de recursos hídricos em cada Comitê de Bacia, cada  
491 Bacia Hidrográfica. Nós fizemos levantamento até com informações do IGAM para  
492 que a gente dê sustentabilidade à Agência de Bacia. Então o potencial, o que tinha  
493 de similaridade nós levamos isso também em consideração. Aí chegamos à  
494 conclusão de nove unidades, que seriam uma unidade no Paranaíba, outra no Baixo  
495 Grande, outra no Alto Grande, uma no Paraibuna, uma para o Jequitinhonha, Alto  
496 São Francisco, Baixo São Francisco, Alto Rio Doce e Baixo Rio Doce.” Conselheiro  
497 José de Castro Procópio: “Só para eu visualizar: qual é a diferença do seu para o  
498 do IGAM, em termos de mapa?” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “A diferença  
499 é muito pequenininha.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu sei que é  
500 pequeno, é exatamente isso que estou tentando localizar. Você pode ajudar,  
501 Thiago? A diferença do mapa dele?” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “O São  
502 Francisco, divide em três, e nós estamos dividindo em duas.” Conselheiro José de  
503 Castro Procópio: “Tudo bem. Era exatamente porque é aonde está a diferença.  
504 Entendendo a diferença a gente começa a raciocinar.” Conselheiro Odorico Pereira  
505 de Araújo: “Eu não vim preparado para falar. Nós fizemos um trabalho...”  
506 Conselheira Ivonice Maria da Rocha: “Um minutinho, por favor. Considerando essa  
507 diferença, me ajude a compreender: por que você define dois lugares no São  
508 Francisco? O Thiago apresenta, está trazendo o São Francisco dividido em dois,  
509 que é o que você traz como diferença. É isso? Me ajude a compreender por que  
510 você traz duas proposições diferentes. É nesse contexto que você colocou?”

511 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu não trago duas posições diferentes. Eu  
512 estou trazendo o seguinte: para o São Francisco, nós dividimos em duas unidades  
513 de planejamento. Uma da parte alta, que tem similaridade. Elas têm similaridade  
514 entre si. E temos a parte baixa, que tem a sua similaridade.” Conselheira Ivonice  
515 Maria da Rocha: “Observando esses critérios para montar essa proposta?”  
516 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Para montar essa proposta. É isso.”  
517 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “A proposta da Faemg é mais parecida com  
518 a proposta da Fiemg, só que nós ainda reduzimos uma unidade de gestão. Não  
519 dividimos o Doce em duas bacias, mantivemos todo o Doce como uma unidade de  
520 planejamento. A nossa intenção, além dos estudos de que o Thiago e o Odorico  
521 falaram, nós usamos desses estudos as similaridades entre os Comitês, mas  
522 também não quisemos diminuir muito, fracionar muito o Comitê, a Bacia principal.  
523 Então mantivemos cada Bacia, as Bacias principais, ali nas Bacias do  
524 Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, que entendemos que tem uma similaridade  
525 maior, tanto cultural, e a entrega também. Quando começa a partir muito, no final  
526 tem que entregar a água, tem que ter uma entrega só. Então no nosso entendimento  
527 trabalhar a gestão das unidades com a área da Bacia toda facilita para os Comitês  
528 e fortalece até o Comitê maior, o Comitê nacional, no caso, São Francisco, Doce,  
529 Grande. E o São Francisco fracionamos, porque o São Francisco, além da porção  
530 dele dentro de Minas, uma porção muito grande, o Alto São Francisco difere muito  
531 do Baixo São Francisco, do Médio, vamos dizer assim, dentro do Estado. O Alto tem  
532 uma grande região com mineração, que é a aptidão dele por um minério dali, e ele  
533 abriga a região metropolitana, que é um caso à parte. Então entendemos que fazia  
534 sentido essa divisão ali, até porque também ali seria como se fosse um divisor, uma  
535 marca de entrega à represa de Três Marias também, que é um regulador de fluxo  
536 do rio. Então fizemos essa divisão tentando manter ao máximo a unidade de gestão  
537 com o Comitê, com a Bacia que abriga os nossos Comitês mineiros. Então essa foi  
538 a nossa intenção. A nossa proposta se não me engano são sete unidades de gestão  
539 e reduz o número de unidades de gestão também, o que eu acho que facilita na hora  
540 de fazer esses estudos. Então são as três propostas. Vou abrir a palavra para os  
541 conselheiros e para o Altino, que estava inscrito, se ele quiser falar alguma coisa.”  
542 Conselheiro José de Castro Procópio: “São três propostas, elas têm muitas  
543 similaridades, os parâmetros que deram embasamento para elas, desde o Plano  
544 Diretor, são muito parecidos, muito próximos, o que me mostra que a maior  
545 inteligência nesse processo está, na realidade, na capacidade de negociação ou de  
546 se falar as bases onde essa proposta vai realmente atingir e afetar. Aí nesse  
547 momento, a razão daquela hora quando o Altino estava aqui ao microfone, que eu  
548 pedi para ele manifestar qual foi o acordo que tinha sido feito com a Marília na  
549 discussão, considerando que é o Fórum Mineiro de Comitês. Então o Fórum Mineiro  
550 está defendendo a proposta do IGAM. Eu, como conselheiro, vou deixar claro que  
551 estou apoiando essa proposta em função dessa base já costurada, que é  
552 exatamente o que aconteceu desde o processo do texto da lei, do decreto, que  
553 tenhamos essa negociação com as bases. E essa negociação aconteceu, de certa

554 forma, junto com o Fórum Mineiro com o IGAM. Eu continuo ainda com  
555 questionamentos se é esta ou aquela proposta a melhor, mas estou fechando com  
556 a base que aonde a coisa vai acontecer, é com os Comitês de Bacia que vão ter que  
557 ser discutidos detalhes dessas novas propostas, de novas ferramentas de gestão, a  
558 forma de aplicá-las. Então por isso que a minha posição é fechada nisso. Mas eu  
559 acho que tem que começar de algum lugar. Gosto quando a Fiemg fala da  
560 possibilidade de estar ligada à Supram, às unidades da Supram, porque há aquela  
561 questão de incompatibilidades do licenciamento com a recuperação de bacia.  
562 Porque é fácil licenciar corte de milhares de árvores por um empreendimento, mas  
563 para poder recuperar esses milhares de árvores o custo é muito mais alto às vezes  
564 do que se conseguiu em benefício econômico com a supressão. Então eu vejo que  
565 vamos avançar, mas não sei se vamos evoluir. Vamos avançar, e evolução seria se  
566 tivéssemos esse debate junto com as bases, aprimorado, decidido, negociado. Mas  
567 eu acho que estamos já no caminho. Então eu defendo a decisão do IGAM em  
568 função do que foi negociado. Eu estou transmitindo, sendo porta-voz dos Comitês  
569 de Bacia, como eu fui desde o início aqui no processo de pedido de vista. Mas vejo  
570 coerência em todas as três propostas apresentadas.” Presidente Guilherme da Silva  
571 Oliveira: “Eu vou me manifestar como conselheiro de Comitê. Entendo a proposta  
572 do Fórum. O que eu quero levantar é o seguinte: pelo menos nos Comitês de que  
573 participo, essas propostas não foram levadas à discussão. Algum conselheiro que  
574 participa de fórum aqui, a proposta foi levada em discussão dentro do Comitê? Eu  
575 entendo, é uma posição que tem, mas pelo menos no Comitê de que eu participo o  
576 Comitê não levou essa proposta. Eu sei da turbulência que teve, mas...” Conselheiro  
577 José de Castro Procópio: “Guilherme, você mostra exatamente o que eu estou  
578 falando, a necessidade de uma discussão aprimorada com todo o Sistema de  
579 Gestão de Recursos Hídricos. É isso que me mostra a falha de aprovarmos qualquer  
580 um desses três. Porque até agora o Fórum discutiu e chegou a uma conclusão, mas  
581 a internalização desse processo, para mim, deveria ter agora um tempo específico,  
582 por exemplo, 60 dias, para todos os Comitês se reunirem, discutirem e trazerem  
583 pareceres. Essa é a minha visão que deveria ser a condução ideal disso. O que  
584 você mostra é exatamente o que eu estou falando. Neste momento, o que foi de  
585 pulverização foi exatamente o Fórum, que foi o ator de discussão das unidades  
586 estratégicas ‘ótimas’. Elas não estão ótimas, elas estão propostas.” Presidente  
587 Guilherme da Silva Oliveira: “Nós estamos propondo aqui, e eu acho importante  
588 levarmos e fazermos essa votação aqui. Mas a única coisa que eu quis deixar claro  
589 é isso, as propostas não foram discutidas. Apesar de ter sido levantado, teve  
590 reuniões no final do ano, deveriam ter sido levadas aos Comitês. Porque já estavam  
591 todos os Comitês, vocês manifestaram aqui na última reunião da CTPLAN. Dentro  
592 dos Comitês, os presidentes que representam aqui no Fórum, vamos dizer assim,  
593 perderam oportunidade de levar essa questão aos Comitês.” Conselheira Bruna de  
594 Souza Otoni: “A proposta de remodelagem foi discutida em alguns Comitês. Por  
595 exemplo, no meu foi discutida. A questão que não foi discutida foi esse alinhamento  
596 dessas regiões, como ficariam. A proposta inicial do IGAM foi manter como estava

597 no Plano Estadual de Recursos Hídricos, as 14. Vocês entregaram agora uma nova  
598 proposta, na convocação da reunião, com dez regiões. É isso que precisamos  
599 entender. Na primeira proposta, que foi do relatório da remodelagem, estavam as  
600 14 regiões. O IGAM encaminhou agora na convocação essa nova proposta, das dez  
601 regiões, e a Fiemg e a Faemg já haviam encaminhado antes, que eu já tinha olhado  
602 tudo certinho. É isso que eu acho que está gerando confusão. A primeira proposta  
603 era 14, que veio do Plano. Aí o IGAM encaminhou uma proposta agora, a nova, que,  
604 além da minuta da deliberação, substitui no anexo as 14 pelas dez regiões. É isso  
605 que eu acredito que não foi discutido, realmente o Fórum não discutiu se eram essas  
606 14 ou as dez, qual proposta seria ideal. Realmente isso não foi discutido. Foi  
607 discutida mais a deliberação mesmo, os artigos da deliberação. Então para não  
608 termos problemas aí, porque às vezes eles estão achando que são umas 14 horas  
609 e não estão lembrando que tem as dez. Por isso que ontem na reunião eu falei, tem  
610 uma outra proposta.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Desde o começo, já  
611 havia até as propostas de Faemg e Fiemg, desde o começo das discussões. A nossa  
612 visualização, ao nível de IGAM, principalmente, se atém à questão do Paracatu, é  
613 uma situação muito peculiar de todo esse rearranjo, e o Paracatu isoladamente. E  
614 aí, dentro desse contexto de tentar trazer para uma ótica de uniformização, que é o  
615 que está no escopo da norma, que foi o grande foco da discussão, o Paracatu não  
616 poderia ficar sozinho, que perderíamos a discussão. Então nós temos que trazer o  
617 Paracatu para essa ótica da uniformização dos critérios de instrumentos de gestão.  
618 Esse foi o princípio que colocamos. Quem estiver no GT Cobrança, terça-feira, aí só  
619 para justificar outro critério utilizado. A nossa análise no GT Cobrança tem duas  
620 óticas para pôr na discussão: atualização de preços hoje aplicados e sobre uma  
621 ótica de custeio de uma entidade equiparada em uma região sensível do Estado.  
622 Para nós trabalharmos um preço público para essa região sensível, tivemos que  
623 aumentar escala, aglutinando mais UPGRHs, para poder ter viabilidade de sustento  
624 de uma entidade equiparada, de uma AGB Peixe Vivo, por exemplo. Não sei se a  
625 Ivonice conhece, temos algumas entidades, como a AGB Peixe Vivo, a Abha, o Ibio  
626 e a Agevap. Nós pegamos a estimativa de custeio de uma entidade equiparada e  
627 fizemos a junção de todos os usos em uma área sensível, quais sejam, Pardo,  
628 Jequitinhonha como um todo, Mucuri, São Mateus e as pequenas Bacias do Leste.  
629 Juntando todos esses usos, frente a um custo médio estimado de uma entidade  
630 equiparada, qual seria o preço público? E o preço público é muito estratosférico  
631 perante os preços hoje aplicados. Até mesmo juntando essas Bacias nós temos um  
632 preço alto. Então essa foi a ótica da análise do IGAM. Vamos tentar trazer isso para  
633 uma proximidade, pensando algumas, a cobrança, outras serão enquadramento,  
634 que é um problema. Pensando principalmente na região metropolitana, as  
635 nascentes do São Francisco, a questão dos conflitos no Noroeste, essas áreas que  
636 têm grandes empreendimentos agrícolas. Não que sejam maus ou bons, é apenas  
637 implementar a gestão nessas áreas. É uma ótica de ajuste que tem que ser  
638 trabalhado. A questão do Alto Doce, que é diferente do Baixo Doce. Isso para quem  
639 está na Bacia do Rio Doce é muito claro. Na hora que você pega Suaçuí, Caratinga

640 e Manhuaçu, são diferentes de Piranga, Piracicaba e Santo Antônio. Alguns vão ter  
641 a pressão da mineração, que é muito alta nas nascentes do rio Doce; outros vão ter  
642 pequenos empreendimentos agrícolas e também silvicultura. Então é essa a análise  
643 que nós fizemos na hora de propor isso. Algumas são homogêneas, como está no  
644 Plano Estadual? Sim, são. Outras nós trouxemos para uma ótica diferente, sobre  
645 alguns instrumentos. Porque foi muito questionado, 'ah, mas nós estamos pegando  
646 um estudo do Plano Estadual de 2010'. Nós pegamos como base. Sobre isso, nós  
647 fizemos algumas análises. Quem estiver no GT Cobrança terça-feira, eu acho que  
648 é bom até ver a ótica, que a remodelagem já é aplicada para dar viabilidade para os  
649 Comitês de Bacias, a cobrança tem esse papel. Falamos muito do Comitê do Rio  
650 das Velhas, que é um Comitê atuante, presente. Ele se tornou mais atuante e  
651 presente a partir da cobrança, que ele teve autonomia e saiu do que chamamos de  
652 custeio do Fhidro. Ele tem onde aplicar seus recursos, fazer seus investimentos,  
653 propor ações e se redistribuir dentro da Bacia. A cobrança tem esse objetivo que  
654 fortalece a atuação do Comitê, e essa ótica foi trabalhada para essa região, por  
655 exemplo. Isso é a justificativa do IGAM nessa proposta." Altino Rodrigues  
656 Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: "Eu confesso, Thiago, que fiquei um tanto  
657 preocupado, porque o que nos foi apresentado ontem e que foi acordado foram 14  
658 unidades. A sua proposta aqui hoje foi diferente, foi para dez UEGs. Sua justificativa  
659 eu compreendo, todavia, já nos deixa um pouco apreensivos, porque o tratado foi  
660 uma coisa, e agora apresentada outra. Sinceramente, não vi grandes diferenças  
661 entre o que foi proposto e o que foi apresentado ontem, mas eu gostaria de ver a  
662 possibilidade, mais uma vez. O Procópio aqui eu acho que foi feliz de dizer que isso  
663 deveria ter sido construído previamente e perdemos talvez a oportunidade de  
664 discutir isso previamente com mais clareza, porque o nosso embate no momento  
665 era em outra frente. Mas eu quero ver se existe a possibilidade. Existe uma  
666 proposição, as propostas foram colocadas, mas que tivéssemos um horizonte onde  
667 ajustes pudessem ser feitos. Eu vou citar aqui alguns exemplos. Em conversa com  
668 o São Mateus, o São Mateus entende que ele se identifica bem com o Mucuri, mas  
669 não se identifica com tanta clareza junto ao Jequitinhonha. A parte do São Francisco,  
670 que é a parte do Semiárido, talvez tenha uma maior identificação com o  
671 Jequitinhonha, com parte do Jequitinhonha também, visto que compartilham um  
672 território que é, basicamente, Semiárido em alguns instantes. Tanto é que a  
673 Codevasf já considera encampar o Mucuri e o próprio Jequitinhonha em função  
674 dessas similaridades. Se tivéssemos aqui uma proposta para que mais adiante os  
675 Comitês pudessem considerar isso e ter também uma palavra para recomposição  
676 disso de acordo com as suas realidades, eu acho que seria uma coisa prudente.  
677 Porque esperar uma reavaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos talvez  
678 seja por demais lento, daqui a cinco anos, conforme você mesmo previu. Eu gostaria  
679 que esta Câmara considerasse essa possibilidade de termos um mecanismo, seja  
680 ele qual for – estamos abertos, inclusive, a propostas –, para que pudéssemos  
681 avaliar isso mais adiante, levando essas peculiaridades em consideração." Thiago  
682 Figueiredo Santana/SEMAD: "Algumas normas do Conselho Estadual já trazem

683 expressa a proposta de revisão da norma. Eu lembro disso na Deliberação  
684 Normativa conjunta COPAM/CERH nº 1/2008. Ela estabelece já dentro do escopo  
685 da norma um horizonte de revisão dela. A DN 1/2008 estabelece o enquadramento  
686 e os padrões e condições de lançamento e tem o horizonte de revisão e de  
687 atualização da norma. Talvez se colocarmos o gatilho nessa norma, dá essa  
688 segurança.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Porque aí  
689 eu acho que realmente legitimaria todo o processo, porque essa discussão iria para  
690 os Comitês, e nós teríamos tempo hábil para discutir nos Comitês e falar ‘olha, a  
691 gente se enquadra nisso’, com os atores. Porque os Comitês têm a capilaridade  
692 para fazer isso. Por mais que o IGAM se esforce e tudo, não tem essa capilaridade.  
693 Então há que ouvir as bases, ouvir aqueles que realmente vivem no território, porque  
694 nós estamos falando aqui de uma questão de território.” Thiago Figueiredo  
695 Santana/SEMAD: “Sim, aí, só uma situação, Altino. Como a norma está trabalhando  
696 para aplicação de instrumentos e definição de critérios homogêneos nesses  
697 territórios, isso tem um tempo, até porque alguns critérios terão tramitação até  
698 dentro do Conselho. Primeiro para cancelar, autorizar, para depois serem  
699 aplicados. Isso é uma situação. Outros, como o próprio enquadramento – aí é a  
700 situação que temos discutido, as pactuações com usos –, a efetividade,  
701 principalmente a partir de uma pactuação de usos para se observar um resultado  
702 em qualidade da água, também tem um horizonte médio de efetivação. Para  
703 avaliarmos se aquela proposta ali é adequada ou não. Você está entendendo a  
704 lógica do que eu estou querendo colocar? Qual seria a sugestão de tempo? Eu vou  
705 dar um exemplo da Deliberação Normativa conjunta 1/2008. Eu ia até olhar aqui,  
706 são sete anos. E se aproxima até dessa discussão, porque trata do enquadramento.  
707 Como você está estabelecendo critérios para enquadramento e condições, ela  
708 estabeleceu um horizonte para você ver: ‘O que eu estabeleci e regulo se efetivou  
709 em resultado de melhoria da qualidade da água?’ Então ela estabeleceu um  
710 horizonte para tal. Aqui como nós temos alguns instrumentos que até mesmo por  
711 regimento, como está no parágrafo único, o Conselho tem que aprovar ou o próprio  
712 Comitê vai ter que aprovar, isso tem uma tramitação que consome um prazo, eu  
713 acho que poderíamos trabalhar num prazo próximo disso.” Altino Rodrigues  
714 Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Nós estamos falando o quê, já está apto  
715 então à revisão?” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Isso.” Altino Rodrigues  
716 Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Então nós podemos pensar nisso com  
717 brevidade para que a gente evolua nessas discussões. Porque nós sabemos que  
718 todo esse processo ainda vai levar tempo, para implantação das UEGs e tudo. Então  
719 seria uma coisa com uma certa brevidade para que, realmente, quando se  
720 implementasse todo esse processo das UEGs e começasse a considerá-las para as  
721 diretrizes de enquadramento, outorga e por aí afora, os Comitês também já  
722 pudessem se manifestar, ‘olha, nós entendemos que o nosso Comitê tem um  
723 território que está compreendido entre um Semiárido e uma região de Cerrado ou  
724 uma região de Mata Atlântica e por aí afora e, portanto, com propostas diferentes’.  
725 Determinada parte do território poderia ser contemplada com essas diretrizes

726 primárias, e a outra parte. Para ser minimamente justo em todo esse processo, só  
727 colocar uma situação sobre a questão do termo justo dentro do processo, mas por  
728 outras palavras que saíram. Eu participei de boa parte da discussão, mas eu não  
729 participei de alguns momentos. Em até alguns momentos outras pessoas também  
730 não participaram. O grande foco da discussão dentro do Fórum Mineiro de Comitês  
731 foi a certeza de que não estaríamos discutindo unificação de Comitês. Isso condição  
732 de senso comum. Observou-se dentro da discussão o foco específico no texto para  
733 ter essa garantia, que foi o grande acordo trabalhado ao longo desse processo. Eu  
734 creio que se perdeu, durante isso, a oportunidade de visualizar o ganho nos outros  
735 aspectos de critério. E aí é uma perda geral, não tem culpados, é só para alinharmos  
736 o entendimento sobre isso. Por estarmos no momento de andar da norma, eu  
737 sugeriria talvez a inserção desse gatilho de revisão dos territórios. Como já existem  
738 outras normas. Por experiência. Eu vou falar pela experiência, até como eu  
739 mencionei a Deliberação Normativa 1, salvo engano, tem outra norma que tem esse  
740 gatilho de revisão. Alguns dos instrumentos têm um certo horizonte para apuração  
741 de efetivação. Como eu mencionei, o enquadramento, e a própria outorga. Porque  
742 a outorga, além de tudo, como é critério aprovado pelo Conselho, tem toda a  
743 tramitação dentro do Conselho, Câmaras, CTIL, CTIG, isso tem um horizonte. Eu  
744 vou ser muito franco, alterar um critério de outorga dentro do Conselho vai ser um  
745 processo que demoraria, na minha opinião, por experiência, no mínimo um ano.  
746 Para efetivação no outro processo. E, para resultado, um gatilho maior. Isso eu estou  
747 só trazendo pela minha experiência e estou sendo muito franco com todos vocês.  
748 Eu ia sugerir um gatilho temporal.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O que  
749 eu estou querendo dizer é o seguinte. Desde que foi estartado aquele momento de  
750 discussão, eu acho que se perdeu oportunidade de fazer propostas. Agora nós  
751 estamos trabalhando uma minuta, essa minuta vai sair da Câmara Técnica e vai  
752 para a CTIL. Então tem ainda duas instâncias que vão poder alterar essa minuta: a  
753 CTIL e o CERH.” Conselheiro José de Castro Procópio: “E depois tem o Plenário do  
754 CERH. Em qualquer desses momentos, pode ser corrigida. Eu sugeriria, para não  
755 parar o processo, que essa discussão fosse provocada nos Comitês, estimulada e  
756 provocada como uma proposta realmente.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
757 “O Sylvio está alertando, a CTIL vai ver só a questão legal, não vai alterar a proposta.  
758 Mas tem a Plenária do CERH. Então é trabalhar isso dentro dos Comitês, para na  
759 hora em que os representantes dos Comitês vierem aqui trazerem a proposta. Então  
760 essa possível alteração dentro do CERH ainda é possível fazer. Então eu acho o  
761 seguinte, eu acho que as propostas não estão ruins no geral. Tanto que se olhar as  
762 três propostas, Faemg e Fiemg, elas não se diferem muito, elas estão bem  
763 parecidas. E eu acho que temos que trabalhar isso, levar aos Comitês, para os  
764 representantes dos Comitês, no CERH, trazerem essa proposta definitiva. Essa  
765 proposta de norma já tem mais de seis meses que está tramitando aqui, então eu  
766 acho que este é o momento em que trouxemos. São três propostas, foi acordada a  
767 proposta com o IGAM. Eu vou levar aqui para votação, e fica o dever de casa para  
768 os representantes dos Comitês aqui, essa proposta depois vai para o CERH. E aí

769 no CERH os Comitês têm que levar essas propostas dos Comitês. Eu que sou do  
770 Paraopeba vou cobrar ao Tito. Espero que vocês levem para seus Comitês e tenha  
771 a definição da proposta nos Comitês para o CERH. Os Comitês vão se reunir no  
772 Fórum, e o Fórum trabalha essa proposta em cada Comitê. Eu acho que aqui dentro  
773 da Câmara Técnica o trabalho foi feito, houve momento para discussão, ficou mais  
774 de seis meses para levantar essa proposta. E como o Thiago falou, ficou muito  
775 fixado nesse negócio 'o Comitê participa, o Comitê está dentro, está fora, está  
776 tirando Comitê, está colocando Comitê, não sei se vai acabar com o Comitê' e  
777 esqueceram do restante da proposta. Então eu vou encaminhar para votação das  
778 três propostas, quatro propostas, do Plano Estadual, a nova do IGAM, que foi  
779 discutida com o Fórum, a da Fiemg e a proposta da Faemg. Então são quatro  
780 propostas. E aí fica o dever de casa para o Fórum, para os representantes do Fórum.  
781 Para finalizar, Altino. Aí eu vou entrar para votação aqui. E caso tiver algum  
782 conselheiro querendo falar mais alguma coisa." Altino Rodrigues Neto/Fórum  
783 Mineiro de Comitês de Bacia: "Eu acredito, Guilherme, que não perdemos tempo.  
784 Muito pelo contrário, nós ganhamos maturidade em todo esse processo. E eu quero  
785 aqui ressaltar, mais uma vez, o trabalho desta Câmara Técnica. E na verdade o  
786 Thiago e o próprio Sylvio vêm nos subsidiando com questões técnicas e agora aqui  
787 a Valéria, da procuradoria, também fundamentando isso da questão legal. Então eu  
788 acho que essa discussão está num nível muito bom e quero aqui é dizer que acho  
789 que a proposta já colocada dentro de um nível técnico e que promove um consenso  
790 e uma construção bem mais robusta, para evitar até mesmo alguns outros agravos  
791 no futuro, é a proposta que o Thiago colocou: a gente promover um gatilho, pensar  
792 nisso, porque isso vai para apreciação desta Câmara. Então colocar esse gatilho de  
793 maneira que resguarde essa condição primária, que os Comitês já entenderam que  
794 seria a melhor." Presidente Guilherme da Silva Oliveira: "O gatilho, a gente já votou  
795 o texto. É isso que estou falando, vocês vão ter que trabalhar isso para a Plenária  
796 do CERH. O que estou falando é o seguinte: a Câmara Técnica, nós temos os  
797 representantes, todo mundo aqui é representante de Comitê. Então é isso que eu  
798 estou falando, nós trabalhamos tecnicamente e enviamos as propostas, todo mundo  
799 podia enviar proposta. O trabalho da Câmara Técnica foi cumprido. Vão ficar como  
800 dever de casa o gatilho e, se vocês entenderem, a nova proposta do anexo. O resto  
801 eu acho que está acordado já com todo mundo. Eu estou alertando aqui para  
802 trabalhar isso com os Comitês e levar aos representantes dos Comitês e às  
803 entidades que estão participando." Conselheiro José de Castro Procópio: "Um  
804 esclarecimento. Na CTIL esse gatilho não pode ser acrescentado? Eu acho que  
805 pode." Valéria Ferreira Borges/IGAM: "Como o Guilherme disse, o que estamos  
806 aprovando aqui hoje é uma minuta. Para vocês terem ideia, esse texto nem foi para  
807 a Procuradoria Jurídica do IGAM. Eu estou dando assessoramento hoje, mas não  
808 analisamos. Então essa proposta aqui hoje que vocês vão aprovar é a minuta. Essa  
809 minuta vai para o IGAM ainda, deve passar por um parecer técnico, um parecer  
810 jurídico e vai para a CTIL. A CTIL tem a função de analisar normas no aspecto legal.  
811 O conteúdo dela é supertécnico. Então a CTIL, eu entendo que a função dela é

812 verificar a questão de competências, técnica legislativa do texto, e pode ser  
813 representado, porque seria acrescentado um artigo em um texto legal. Então essa  
814 proposta de um gatilho poderia ser trazida à CTIL. E posteriormente vai para o  
815 Conselho, onde também podem ser feitas revisões, sugestões de alteração. Então  
816 poderia, sim, ser na CTIL. Se, inclusive, internamente, alguém, o Thiago, do IGAM,  
817 quiser incluir essa possibilidade dentro do texto que já vai para a Procuradoria, pode  
818 como sugestão, não como texto aprovado. Poderia consultar, não inserir no texto  
819 aprovado, poderia fazer uma consulta separada perguntando se poderia usar esse  
820 gatilho. Porque aí, se a CTIL questionar, já estamos com o parecer concluído nesse  
821 sentido.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Mas não para ser incluso na proposta.  
822 Vai ser mandado ao Conselho Estadual com uma possibilidade. A CTIL não pode  
823 incluir nada.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Não vai alterar nada.” Conselheiro  
824 Sylvio Luiz Andreozzi: “Ela pode ver, o que ela vai fazer, é se cumpre todos os  
825 regimentos, se estaria de acordo com o que está estabelecido na lei, se sua redação  
826 é legalmente.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “A CTIL pode apresentar um segundo  
827 texto para o Conselho, incluindo esse gatilho. É uma mudança legal.” Conselheiro  
828 Sylvio Luiz Andreozzi: “Não, ela altera o mérito, ela não pode fazer isso.” Valéria  
829 Ferreira Borges/IGAM: “Eu entendo que é uma alteração de cunho legal, ela  
830 poderia.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Cunho legal se isso estiver previsto  
831 em lei. Por exemplo, ‘para essa situação, há necessidade de estabelecimento de  
832 um gatilho’.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Mas de qualquer forma ela pode fazer  
833 uma análise, ela não pode é alterar o texto aqui. Ela pode fazer essa análise  
834 separada.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Só mesmo  
835 para arrematar, fica aqui a manifestação do Fórum Mineiro de Comitês, que  
836 apoiamos a proposta original do IGAM que foi apresentada ontem ao Fórum Mineiro.  
837 São 14 unidades.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Só colocar a posição do  
838 IGAM aqui. Em respeito ao acordo que foi feito com o Fórum, e isso não foi levado  
839 à discussão, o IGAM tira a proposta de dez.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
840 “Então com a retirada da proposta do IGAM são três propostas: a do Plano Estadual,  
841 com 14 regiões; a proposta da Fiemg, com nove; e a da Faemg, com sete unidades.  
842 Então eu vou colocar em votação. Quem é a favor da proposta 1, do Plano Estadual  
843 com 14 unidades se manifeste. Procópio e Bruna. Procópio, Instituto Guaicuy, e  
844 Bruna, de Araçuaí. Eu vou suspender a votação porque tem uma dúvida aqui, por  
845 causa do conselheiro aqui. Nós estamos vendo, parece que tem um problema, se  
846 pode haver substituição ou não. Pessoal, vamos retomar aqui. Só para esclarecer o  
847 que estava acontecendo aqui, são duas coisas por que eu suspendi a votação. Duas  
848 coisas que estavam acontecendo aqui, aí eu pedi ajuda da Valéria. É que o Igor,  
849 que representa aqui, tem um assento compartilhado Cesama e Fiemg, precisou sair  
850 com problema no hotel, e aí eu perguntei se o Odorico poderia substituir ou não. A  
851 Valéria disse que é a entidade que é representativa e não há problema, que é a  
852 representante e não há problema. E o segundo problema o Sylvio levantou e é o  
853 seguinte. Foram apresentadas três propostas: IGAM, aquela de dez unidades;  
854 Fiemg, de nove unidades; e Faemg, de sete unidades. O que o Sylvio levantou é o

855 seguinte: o Plano não é uma proposta, é um estudo que foi apresentado, mas não  
856 como proposta. Você quer comentar mais alguma coisa, Sylvio? Ou  
857 encaminhamento?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “É só para que tenhamos  
858 clareza sobre o que está sendo encaminhado e as repercussões disso. Lembremos,  
859 isto aqui é uma Câmara Técnica de planejamento, ela dá um subsídio técnico ao  
860 Conselho Estadual. A decisão é do Conselho Estadual, seguindo ou não aquilo que  
861 a Câmara Técnica apresenta. Então é uma instância técnica, de julgamento técnico  
862 do que está sendo apresentado. No Plano existe não é uma proposta de  
863 regionalização, é um estudo de regionalização, baseado numa série de critérios,  
864 critérios esses, inclusive, que já estão superados temporalmente. Alertei sobre isso  
865 ontem. Correto, Thiago? Como a área de expansão da cana. Era um estudo que foi  
866 apresentado na época do Plano, que tinha lá as unidades de gerenciamento de  
867 recursos hídricos. Outra coisa é aquilo que está sendo apresentado como proposta  
868 de regionalização para essa minuta de Deliberação Normativa que o Thiago trouxe  
869 hoje, com a proposta do IGAM, com dez unidades. A Fiemg apresentou uma com  
870 nove unidades, e a Faemg apresentou uma com sete unidades. Essas são as  
871 propostas desta Deliberação Normativa, essas três. Não há uma proposta com 14  
872 unidades, existe um estudo no Plano com 14 unidades. Ninguém apresentou essa  
873 proposta de 14 unidades, isso que é preciso entender. O estudo foi utilizado como  
874 base. Uma coisa que precisa ficar clara para todo mundo, uma das preocupações  
875 da efetivação dessa diretriz normativa é qual a área de sustentação econômica para  
876 Agências. No estudo da Fiemg – aliás eu gostaria de, publicamente, parabenizar o  
877 estudo que a Fiemg apresentou – e no estudo do IGAM existiam uma possibilidade  
878 de arrecadação e os 7% que daria ou não base de sustentação para viabilização da  
879 Agência. Existe um estudo da ANA, que também nos foi apresentado aqui na  
880 Câmara Técnica, que demonstra que uma determinada quantidade dos 7,5% não  
881 sustenta a Agência. Então foram feitos agrupamentos para dar uma base territorial  
882 para a existência de uma Agência ou de uma entidade equiparada. Essas propostas  
883 com dez, nove e sete unidades consideram esse vetor econômico. Então é preciso  
884 ficar claro isso. E uma das questões a colocar antes da votação é exatamente puxar  
885 uma ou outra unidade para aumentar a sustentabilidade econômica dessas  
886 unidades. Então eu estou solicitando e perguntando à Procuradoria se é possível  
887 nós refazermos a votação perante esses esclarecimentos. Inclusive, com um tempo  
888 para que eu possa questionar uma flexibilidade em cima da composição das  
889 unidades para garantir a viabilidade econômica da unidade.” Valéria Ferreira  
890 Borges/IGAM: “Eu tinha saído, eu não sei se teve início a votação. Pelo Regimento,  
891 iniciou a votação, não pode ter nova proposta. Não poderia fazer mais proposição  
892 nenhuma. Voltar a votação seria um caráter excepcional. Agora, eu só queria  
893 colocar uma questão que estava conversando com o Guilherme. Nós temos que  
894 considerar aqui o que foi enviado para os conselheiros, a gente discute em cima da  
895 pauta, em cima dos documentos que foram enviados. Se formos considerar os  
896 documentos que foram enviados, foram enviadas três propostas: as de dez, nove e  
897 sete, Faemg, Fiemg, IGAM. Então eu entendo que é em cima disso que devemos

898 debater. A proposta de 14 está dentro do estudo, do Plano que já foi aprovado, um  
899 decreto. Legalmente, esse estudo existe. O que eu entendo do Plano é que o Plano  
900 é um estudo. Assim como os Planos Diretores são estudos, que têm proposições  
901 dentro, mas muitas dessas proposições e desses estudos para ter efetividade  
902 precisam se tornar uma norma. É o caso do enquadramento. Os Planos Diretores  
903 trazem critérios de enquadramento, mas enquanto não tem uma DN de  
904 enquadramento não tem enquadramento. Então as 14 unidades poderiam se tornar  
905 uma proposta. Tiraria aquilo que está como estudo dentro do Plano e transformaria  
906 em uma possibilidade de DN, dando efetividade ao que está no Plano. Eu entendo  
907 que ela poderia ser uma proposta, mas aqui hoje ela não foi incluída como uma  
908 proposta. O que veio para os conselheiros analisarem foram uma proposta de dez,  
909 apresentada pelo IGAM, de nove, da Fiemg, e sete, da Faemg. É isso.” Conselheiro  
910 José de Castro Procópio: “Eu estive conversando com a equipe do Fórum ali atrás.  
911 Desde o primeiro momento, eu tinha pensado, quando o acordo foi feito, é que seria  
912 essa de dez. Desde o primeiro momento, quando o Sylvio bem citou, ela tinha a  
913 lógica da questão da sustentabilidade, embora também o estudo mostra que ela não  
914 vai ser totalmente viável, há necessidade de aprimorar tanto o que está se discutindo  
915 em termos da cobrança quanto melhorar as articulações a partir do IGAM para  
916 inserção de recursos para a gestão do sistema, efetivamente. Mas eu acredito que  
917 a possibilidade de o IGAM ter um embasamento que forneça o processo e em  
918 termos de conseguirmos uma maioria aqui, eu proporia, eu retiro meu voto sem  
919 problema e creio que a Bruna. Porque houve realmente um esclarecimento de peso.  
920 Eu votaria na de dez e não na de 14, até mesmo porque, como foi dito, não foi  
921 apresentada como proposta, e os títulos que estão lá não condizem muito, criam  
922 confusão. Por exemplo, eu volto e proponho que sejam apresentadas as três  
923 propostas, que sejam consideradas as três propostas. E eu já adianto o meu voto  
924 na de dez, do IGAM. Embora, Odorico, eu também parabeno. Eu quase tendo para  
925 você, mas ainda divido a do São Francisco.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD:  
926 “Deixa eu só fazer uma manifestação. Perante a colocação do Odorico, a colocação  
927 do Sylvio, nosso professor, eu vou voltar a deixar a proposta do IGAM, em nível de  
928 discussão. Como eu havia colocado, eu tirei. Volto a colocar em pauta para votação  
929 a de dez UEGs. E fica disponível à votação dos conselheiros.” Conselheira Ivonice  
930 Maria da Rocha: “À luz dos esclarecimentos, eu também corroboro a manifestação  
931 do Sylvio e do Procópio. Eu retiro o meu voto daquilo que foi colocado nesse último  
932 instante como uma quarta proposta, que é o que estava no Plano Estadual, mediante  
933 a retirada da proposta do IGAM. Quando ele retorna agora, enquanto uma proposta  
934 que nos foi enviada para estudo e nos foi apresentada, eu também me manifesto,  
935 no momento da votação, favorável ao retorno dessa proposta e à proposta do  
936 IGAM.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu vou anular a primeira votação,  
937 porque o encaminhamento dela foi errado. A Valéria me chamou atenção aqui com  
938 essa questão que o Sylvio levantou. Então o primeiro processo de votação está  
939 anulado. Só para ficar claro, o Thiago manifestou a volta da proposta do IGAM, então  
940 vai ficar como no início. Nós três propostas: do IGAM, com dez; da Fiemg, com nove;

941 e da Faemg, com sete.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Por questões de  
942 estudos, inclusive, a proposta do IGAM leva em consideração as outorgas, os  
943 cadastros, além dos principais usos, aí a gente volta. Já foi anulada a primeira, então  
944 já fica com a proposta do IGAM mesmo, que está mais fundamentada.” Conselheiro  
945 Sylvio Luiz Andreozzi: “A respeito da proposta apresentada pela Faemg, a única  
946 dúvida que eu tenho e sugestão, na verdade, é que a colocação das Bacias que  
947 ficam entre o Paraíba do Sul e o Doce... O que eu levantei de informações,  
948 Guilherme, é que eles têm características mais próximas ao Paraíba do Sul do que  
949 ao Doce. E do ponto de vista de arrecadação seria mais importante para sustentação  
950 do Paraíba do Sul do que do Doce. Então a sugestão que eu faria, se isso for  
951 possível, de alteração da proposta – não sei se é possível –, seria fazer isso aí  
952 posteriormente lá no Conselho Estadual. Eu não quero complicar, eu só estou...”  
953 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu não vou alterar a proposta, porque foi  
954 estudado, inclusive, isso daí também já foi manifestado aqui pelos membros do  
955 Comitê aqui na Câmara. Mas eu aceito a sugestão para o Conselho. Mas eu não  
956 vou fazer mais alterações nas propostas. Mais algum conselheiro? Não? Então  
957 vamos colocar em votação, porque o tempo está acabando para entregar aqui o  
958 plenário. Propostas: são as três propostas. A proposta do IGAM, com dez unidades;  
959 proposta da Fiemg, com nove unidades; e propostas da Faemg, com sete unidades.  
960 Então eu vou colocar em votação. Proposta do IGAM, quem for favorável se  
961 manifeste. Três votos. Quatro votos: Ivonice, Procópio, Bruna e Thiago. Proposta  
962 Fiemg: nenhum voto. Proposta Faemg: quatro votos também. O meu voto vale pelo  
963 de minerva. Então eu sou da Faemg, proposta da Faemg. Então ficou a proposta da  
964 Faemg, com sete unidades. Ficou o empate, quatro a quatro. E o voto de minerva  
965 do presidente, sete unidades regionais.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Eu não  
966 entendi quem votou na proposta da Faemg.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
967 “Eu sou presidente, voto de minerva, voto como desempate.” Conselheira Bruna de  
968 Souza Otoni: “Mas quem votou primeiro? No outro tinha quatro, não houve empate,  
969 foi quatro a três. Você só vota se for quatro a quatro.” Presidente Guilherme da Silva  
970 Oliveira: “Não, uai.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É, uai.” Presidente  
971 Guilherme da Silva Oliveira: “O meu voto conta.” Conselheira Bruna de Souza Otoni:  
972 “Não.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Conta.” Conselheira Bruna de Souza  
973 Otoni: “Não. Olha aqui, por exemplo...” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
974 “Quatro a quatro. Aí o presidente vota, como minerva.” Conselheira Bruna de Souza  
975 Otoni: “Mas você votou duas vezes. Você não pode votar duas vezes não.”  
976 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O meu voto é voto de qualidade.”  
977 Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Não, você votou duas vezes, é errado. Está  
978 errado.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então espera aqui. Valéria,  
979 Procuradoria, por favor, esclarecimento.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Isso é uma  
980 polêmica que sempre teve, mas o entendimento da Procuradoria é que todo mundo  
981 vota, todo mundo tem direito a voto, inclusive o presidente. Se houver empate, além  
982 do voto dele, ele tem um voto de qualidade. Então todo mundo vota, se tiver o  
983 empate, além do voto, ele tem o voto de qualidade.” Conselheiro José de Castro

984 Procópio: “Eu deixo o meu protesto, eu sinto isso de uma forma muito baixa de tratar  
985 melhoria de recursos hídricos, eu sinto a Faemg sendo desqualificada ética e  
986 moralmente num jogo desse. Até mesmo considerando toda a construção que foi  
987 feita pelo Fórum Mineiro de Comitês. Eu estou manifestando o que eu acho. Hora  
988 nenhuma me pareceu que a proposta da Faemg fosse a melhor ou isso fosse  
989 qualificado aqui. Então, depois de toda essa discussão, a Faemg saiu, tudo bem, eu  
990 sou obrigado a reconhecer. Mas eu saio triste.” Presidente Guilherme da Silva  
991 Oliveira: “Então só a manifestação que você falou que a Faemg sai desqualificada  
992 técnica e eticamente, eu discordo plenamente. Porque o nosso estudo teve  
993 embasamento. E como eu já falei ele não diferiu muito nas questões. Se você olhar  
994 tecnicamente, os estudos não diferiram muito. Houve a questão do número, mas os  
995 estudos não diferiram. E isso é regimental, o Regimento. Todo mundo pode se  
996 candidatar à Presidência, e a Presidência é eleita. Isso é regimental. Eu, várias  
997 vezes, já fui derrotado, propostas da Faemg já foram derrotadas nesse sentido, da  
998 mesma forma. E desta vez, por ofício aqui da Presidência, eu ganhei. Mas eu nunca  
999 discuti e nunca ofendi nenhuma instituição aqui por causa disso. Então eu só quero  
1000 deixar claro que o nosso estudo foi fundamentado e não é um estudo que  
1001 desqualifica a nossa entidade por conta disso. Eu entendo a sua manifestação, mas  
1002 aqui a minha manifestação também não desqualifica a minha entidade nem ética e  
1003 nem tecnicamente. Só para falar, se você pegar os estudos que foram  
1004 apresentados, não diferem praticamente em nada, isso é uma questão apenas de  
1005 cada entidade que apresentou, como toda entidade teve oportunidade de apresentar  
1006 o seu estudo. Se não apresentou, se perdeu o tempo, não atendeu o prazo das  
1007 propostas, fica aí o aprendizado. Mas eu não aceito esse tipo de comentário aqui  
1008 quanto à entidade e muito menos quando à instituição da Presidência da Câmara.  
1009 Então a votação está encerrada, e foi a proposta da Faemg que ficou.” **7)**  
1010 **DEFINIÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA A CTPLAN ACOMPANHAR O**  
1011 **PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS**  
1012 **ÁGUAS (PROGESTÃO).** Item retirado de pauta até que o conselheiro do CERH  
1013 Antônio Giacomini Ribeiro, autor da recomendação para definição da metodologia  
1014 de acompanhamento do Progestão pela CTPLAN, se manifeste sobre o  
1015 direcionamento dos trabalhos a serem realizados nesta Câmara. A retirada do item  
1016 de pauta nesses termos foi colocada em votação pela Presidência e aprovada por  
1017 unanimidade. O presidente Guilherme da Silva Oliveira solicitou que a Secretaria  
1018 Executiva faça contato com o conselheiro do CERH solicitando a apresentação de  
1019 proposta, com o objetivo de ser pautada para a próxima reunião da CTPLAN. **8)**  
1020 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu tenho dois assuntos  
1021 para colocar para a Presidência. Eu coordenei um Grupo de Trabalho sobre área de  
1022 restrição de uso dos recursos hídricos. Esse Grupo de Trabalho interrompeu os seus  
1023 trabalhos por uma dificuldade, inclusive, de financiamento das reuniões, do  
1024 transporte. Eu creio que ele não está mais ativo temporalmente, eu acho que acabou  
1025 o prazo do Grupo de Trabalho. Eu queria saber se esse Grupo será recomposto.  
1026 Existe um consolidado, e creio que a Lourdes tenha esse consolidado. Saber como

1027 nós vamos proceder a respeito desse Grupo de Trabalho. A segunda colocação é a  
1028 respeito da dificuldade que está sendo criada para participação dos membros da  
1029 sociedade civil que precisam se deslocar a uma grande distância para estar nas  
1030 reuniões da Câmara Técnica e do Conselho Estadual. Eu acabei de receber a  
1031 manifestação de um representante da Universidade Federal no Grupo de Trabalho  
1032 sobre cobrança de que ele não consegue mais ficar três dias disponíveis. Eu queria  
1033 explicar para todo mundo. Nós só recebemos passagem de ônibus. É um dia para  
1034 vir, ficamos aqui, e depois um dia para voltar. Então são três dias que temos que  
1035 comprometer no trabalho, inclusive, além da questão da resistência física mesmo.  
1036 Tem pessoas com mais idade e já não podem mais ficar passando por isso. E eu  
1037 faço essa solicitação porque o artigo 28 do Regimento diz que 'compete ao  
1038 presidente da Câmara Técnica Especializada (no item 5) criar oportunidades e  
1039 facilidades para participação democrática de todos os representantes setoriais  
1040 presentes na Câmara Técnica.' Então eu faça a solicitação à Presidência para que  
1041 entre em contato com o IGAM e com o governo do Estado para que eles entendam  
1042 e se mostrem sensíveis a essa solicitação." Presidente Guilherme da Silva Oliveira:  
1043 "Quanto ao GT de Restrição de Uso, eu vou sugerir fazer o relatório e apresentação  
1044 do que o GT avançou, trazer na próxima reunião e tentarmos fazer um  
1045 encaminhamento." Maria de Lourdes Amaral Nascimento/IGAM: "Inclusive, a minuta  
1046 do relatório já está pronta, e eu passei para o Sylvio." Conselheiro Sylvio Luiz  
1047 Andreozzi: "Eu não posso responder pelo Grupo de Trabalho porque exatamente  
1048 faltou a última reunião para apresentar, para ter aprovação, para ter a última crítica  
1049 antes de trazer o resultado do trabalho. Então a grande dificuldade nossa, na  
1050 verdade, é marcar uma última reunião para fazer apreciação do trabalho e  
1051 apresentar. O que me incomoda é que o tempo previsto pela deliberação já foi  
1052 extinto, precisaria fazer uma nova deliberação por parte da Câmara Técnica  
1053 renomeando ou nomeando uma nova comissão para pegar todo esse trabalho e  
1054 finalizar. Ter a última reunião e apresentar." Maria de Lourdes Amaral  
1055 Nascimento/IGAM: "Venceu o prazo do GT, então quem tem que prorrogar o GT é  
1056 a Câmara Técnica, a CTPLAN. Para a CTPLAN prorrogar, o GT vai fazer uma  
1057 apresentação do andamento dos trabalhos. Porque o GT foi extinto. Aquela minuta  
1058 que eu encaminhei para você é para você olhar, fazer alguma revisão, se for  
1059 necessário. Se você quiser, nós trabalhamos nela de novo e viemos aqui na  
1060 CTPLAN para apresentar, para a Câmara poder prorrogar o prazo." Conselheiro  
1061 Sylvio Luiz Andreozzi: "Na verdade, como é o trabalho do GT, eu não me sinto  
1062 confortável, mesmo que a minuta esteja excelente, de apresentar sem aprovação  
1063 do GT. É exatamente o que estou solicitando. Ou nós reconvocamos aquele Grupo  
1064 de Trabalho e abrimos uma nova minuta ou se convoca um novo Grupo de Trabalho  
1065 e se apresenta um relatório daquilo que foi elaborado." Maria de Lourdes Amaral  
1066 Nascimento/IGAM: "Apresentamos um relatório do que foi elaborado para a  
1067 CTPLAN ter ciência do que foi feito até então, para prorrogar o GT." Presidente  
1068 Guilherme da Silva Oliveira: "É só fazer uma apresentação para a CTPLAN para ver  
1069 o que vamos fazer. O trabalho não foi concluído, então precisa ser apresentado."

1070 Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Deixa eu colocar aqui uma questão até  
1071 análoga que ocorreu esta semana. O GT Monitoramento apresentou, dentro da  
1072 reunião conjunta CTIL/CTIG, o seu relatório, e a partir disso as Câmaras deram um  
1073 encaminhamento específico. Eu acho que é o caminho mesmo que deve ser seguido  
1074 aqui, para tratarmos de forma análoga.” Maria de Lourdes Amaral  
1075 Nascimento/IGAM: “Então na próxima reunião nós pautamos o relatório na  
1076 CTPLAN.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “E o segundo ponto do Sylvio é  
1077 só pedir para a Secretaria uma manifestação sobre essa questão da facilitação da  
1078 presença dos conselheiros aqui nas Câmaras.” Valéria Ferreira Borges/IGAM:  
1079 “Sobre essa questão, eu posso só dar uma sugestão? Isso é recorrente, em todas  
1080 as Câmaras Técnicas, principalmente o pessoalmente da sociedade civil tem falado  
1081 dessa dificuldade. Só que eu acho que é uma questão que foge um pouco da  
1082 competência da Secretaria Executiva, principalmente se for para levar a instâncias  
1083 superiores, como ao governo do Estado, à Secretaria de Fazenda, à Seplag. Eu  
1084 sugeriria fazer uma moção. Eu acho que, de repente, todas as Câmaras Técnicas  
1085 fazendo essa moção, o próprio Conselho fazendo essa moção e encaminhando para  
1086 o governo, além de termos mais força, mas credibilidade, digamos assim, reforça.  
1087 As três Câmaras Técnicas solicitando, e o Conselho, eu acho que de repente seja o  
1088 caminho melhor para se conseguir uma solução, pelo menos uma resposta se tem  
1089 previsão de quando isso vai acabar ou não. Que seja uma moção. É só uma  
1090 sugestão, porque eu acho que é um instrumento mais favorável.” **9)**  
1091 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente  
1092 Guilherme da Silva Oliveira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta  
1093 ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Guilherme da Silva Oliveira**  
**Presidente da Câmara Técnica de Planos**